



MASS VIOLENCE & ATROCITIES

Desafios para a resiliência na América Central

De Celia Medrano

Fórum de Cúcuta | Outubro de 2022

Traduzido da versão original em espanhol para o português.

Este documento apresenta as discussões e temas abordados durante a 9ª Oficina de Respostas Regionais às Crises na América Latina e no Caribe, realizada durante o Fórum da Sociedade Civil da América Latina e do Caribe para a Prevenção de Atrocidades em Massa (Fórum de Cúcuta).

Contexto

Entre os principais objetivos, o Fórum dos Países Latino-americanos e do Caribe para a Prevenção de Genocídios e Atrocidades em Massa, conhecido como Fórum de Cúcuta, visa fortalecer as capacidades preventivas e desenvolver resiliência em nível regional, bem como aumentar a cooperação interinstitucional por meio de estratégias de incidentes e campanhas de comunicação. No Fórum de Cúcuta, uma sequência de workshops foi realizada com uma ampla variedade de participantes para discutir e coordenar ações de acompanhamento dos objetivos.

Em outubro de 2022, foi realizado na Cidade do Panamá o 9º Workshop para a Busca de Respostas Regionais: Fórum dos Países Latino-americanos e do Caribe para a Prevenção de Atrocidades em Massa. Como parte desse fórum, foram realizados debates a respeito da redução dos espaços cívicos no continente, da migração, do deslocamento forçado e dos direitos humanos, bem como a respeito dos desafios para a resiliência na América Central. A partir das discussões deste último painel, foram obtidos os principais insumos para a elaboração deste documento.

O que entender por resiliência.

No contexto mesoamericano, tende-se a falar de resiliência no âmbito das vítimas de violência, repressão política e criminalidade organizada. No entanto, é importante entender a resiliência a partir de um enfoque direcionado aos estudos sobre paz e conflitos, que têm uma visão mais ampla e estrutural.

As Nações Unidas, por meio da ferramenta “Estrutura de análise para prevenção de crimes de atrocidade”, estabelecem que “A prevenção é um processo contínuo que requer esforços sustentados para desenvolver a resiliência das sociedades a crimes de atrocidade, assegurando que o estado de direito seja respeitado e que todos os direitos humanos sejam protegidos, sem discriminação; estabelecendo instituições nacionais legítimas e responsáveis; eliminando a corrupção; gerenciando a diversidade de forma construtiva; e apoiando uma sociedade civil forte e diversificada e uma mídia pluralista”¹.

No documento “Diretrizes comuns da ONU para ajudar a desenvolver sociedades resilientes”, propõe-se que sistemas, instituições



e indivíduos sejam considerados resilientes se tiverem a capacidade de absorver, adaptar, antecipar, prevenir e transformar, bem como recursos para enfrentar, suportar e se recuperar dos perigos sofridos.²

Consequentemente, é importante compreender que quando falamos de resiliência, também falamos de prevenção. Apostar na preparação é o que também desenvolve a resiliência. Isso significa identificar potenciais, capacidades, oportunidades de aprendizagem e reconhecer o que pode e o que não pode ser evitado. Há situações que não podem ser evitadas, mas você estará mais bem preparado para resolvê-las. Por exemplo, deslocamento e confinamento. Comunidades confinadas, que não têm chance de se deslocar onde estão, agora são chamadas de comunidades em resistência. Estão buscando se preparar para lidar melhor com a situação. Isso dá às comunidades a chance de criar seus respectivos planos de desenvolvimento ou de vida. Da mesma forma, uma comunidade resiliente não significa que não seja forçada a se deslocar, mas significa que, em caso de deslocamento, poderá continuar com seu projeto de vida comunitária.

Determinados grupos demonstraram um nível de resiliência próprio no contexto da Covid-19. Muitas organizações da sociedade civil, apesar de não disporem de recursos, enfrentaram a necessidade de continuar o trabalho de promoção e defesa dos direitos humanos. A adaptação e o uso de ferramentas tecnológicas foram um fator determinante. Por outro lado, contextos de repressão e violência gerados pelo Estado também têm forçado as pessoas e organizações sociais a se reinventarem para dar continuidade ao trabalho. Isso, mesmo em condições de alto risco e insegurança, como a Nicarágua, país onde retuitar uma mensagem de organismos internacionais pode ser apresentado como prova em um processo penal e implicar na prisão da pessoa defendendo os direitos humanos.³

De modo geral, resiliência é a capacidade que um indivíduo ou grupo tem de se recuperar da adversidade para se projetar para o futuro. No entanto, também é importante entender o conceito de resiliência social e não apenas como uma capacidade individual. Pode-se dizer que há a resiliência ativa e a resiliência passiva. A resiliência passiva envolveu a decisão de fazer algo, a fim de obter espaço e condições para poder organizar a resistência, mas é necessário diferenciar entre comunidades que subsistem, adaptam-se e comunidades com resiliência.

Da resiliência à resistência coletiva.

Discute-se a prevenção, a preparação e o início da resiliência, mas as forças estruturais geram ou exigem uma resposta coletiva. Isso nos leva a falar sobre resiliência social, entendida como capacidade de resistência, organização e identidade. A identidade é um fator determinante. Há resistência porque há um grupo, um sentimento de pertencimento. A resistência não é individual nem passiva, mas se torna algo em conjunto. Torna-se uma coisa coletiva que acaba acompanhando outros movimentos.

A resiliência tem dois momentos:

1. Agir contra a paralisia após um evento grave, como uma violação dos direitos humanos sofrida.
2. Transformar: transcender o individual e passar para o coletivo que mobiliza, age e encontra formas de mudar a realidade.

A resiliência envolve estar ciente da situação específica que está sendo enfrentada e da estratégia para superar essa situação adversa. A resistência, do ponto de vista coletivo, ocorre no momento da tomada de consciência da situação; as forças se unem, um caminho de ação é traçado e há lideranças que pressionam para a ação.

É importante focar em como fortalecer essas estratégias em contextos autoritários. Muitas organizações sociais trabalham nisso, partindo do pressuposto de que o ato de resistir pode se tornar muito complexo, o que envolve o desmantelamento de medos que surgem desde o primeiro momento: desmantelar o medo de resistir. Levando em conta as experiências dos movimentos sociais, isso também envolve responder a como lidar com estratégias de resistência que falharam.

A necessidade de desenvolver sociedades resilientes.

Desde 2018, lideranças importantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Economic Commission for Latin America and the Caribbean, ECLAC) afirmam que a resiliência é fundamental para impulsar a Agenda de 2030 rumo ao alcance das metas de desenvolvimento sustentável. Reconhece-se que *“Progredir em direção a sociedades mais resilientes é um desafio ainda maior para a nossa região devido ao alto grau de vulnerabilidade a desastres naturais, particularmente na América Central e no Caribe, cuja fragilidade a esses eventos aumenta como resultado das mudanças climáticas.”*⁴

Então, qual é o objetivo de estudar a resiliência? Treinamento, aumento do nível de resiliência ou detecção de situações nas quais a sociedade é resiliente? O compromisso com grupos resilientes implica efetivamente em treinamento focado na questão, com base em experiências e aprendizados de comunidades resilientes, como comunidades indígenas na Guatemala.⁵ Devido ao constante treinamento e aprendizado, as comunidades e coletivos são mais qualificados e geram estratégias de resistência melhores e inovadoras. Em contextos autoritários e repressivos, a liderança coletiva e as estruturas horizontais conseguem lidar melhor com a repressão. Além disso, em contextos de violência generalizada exercida por grupos não estatais, como o crime organizado, a resiliência está ligada a redes comunitárias, organizações de base e apoio de entidades não governamentais.⁶



Consolidar-se como sociedades mais pacíficas e mais humanas.

É preciso ter laços sociais fortalecidos, organização, redes de apoio e solidariedade. Resiliência é resistir, mas também obriga a pensar a respeito do que fazer de diferente diante de novas situações, inovar. Isso envolve definir alianças.

A análise específica de cada situação indicará com quem e quais são as alianças. É possível pré-determinar participantes, mas estes serão definidos em cada caso específico com uma visão de rede. Em alguns casos, as alianças devem ser pensadas até mesmo com grupos com os quais qualquer momento de aproximação pareceria impossível.

Na Colômbia, por exemplo, no contexto de acordos de paz e esforços para acabar com o confronto armado, a resiliência não pode ser vista fora dos processos de reintegração mais complexos,⁷ pois os principais responsáveis pelas violações dos direitos humanos são vizinhos das próprias vítimas. São pessoas que vivem em comunidades e com quem se compartilha o futuro. Neste cenário, a aposta é na justiça de transição e as questões giram em torno de como “humanizar o inimigo”⁸ e gerar processos de reestruturação social. Isso não é apenas em termos de verdade, justiça e reparação, mas também e, sobretudo, em termos de [prevenção da não repetição]. Trata-se de buscar caminhos para tornar as sociedades viáveis, e isso implica que aqueles que estavam fora da lei façam parte da comunidade para avançarem juntos. Espera-se que isso reduza as chances de crime.

Os desafios.

Atualmente, enfrentamos uma crise global dos direitos humanos. Um dos principais desafios é encontrar a ligação entre resistência e ação.

A identificação dos riscos emergentes que marcam esta década pode ser considerada a partir de três elementos:

1. Recessão econômica de curto prazo.
2. Mudança climática.
3. Consolidação de sistemas autoritários.

Considerados em conjunto, esses elementos geram um dos outros desafios mais importantes, migrações forçadas, refugiados e pessoas deslocadas internamente, cuja massa faz entrar em colapso os sistemas de assistência humanitária e proteção internacional dos países de destino, como Panamá e Costa Rica, bem como dos países de trânsito e origem, como Nicarágua, Honduras, Guatemala e El Salvador.

Quanto às formas de prevenção, não se deve presumir que a América Central tenha diagnósticos adequados. As organizações sociais podem ter uma boa percepção de quais são os

problemas, mas é necessário desenvolver maior capacidade de monitoramento.

No caso da resiliência comunitária à criminalidade organizada, a Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (Global Initiative against Transnational Organized Crime, GI-TOC) trabalha com o Índice Global do Crime Organizado, um instrumento que propõe justamente uma metodologia para entender as respostas ao crime organizado por meio da criação de indicadores de resiliência. Este índice avalia coletivamente 12 indicadores, inclusive liderança política, estrutura jurídica, sistema de segurança e justiça, mecanismos de apoio à vítima e atividades de prevenção. A partir da experiência do GI-TOC, a existência de maior resiliência ao crime organizado está vinculada a um nível alto de participação democrática.

Proveniente das Nações Unidas, a estrutura de análise de crimes de atrocidade é uma ferramenta útil para a identificação dos fatores de risco presentes, inclusive a concentração de poder, discursos e propaganda de ódio, violência digital, violência policial e militarização, bem como a falta ou fragilidade dos sistemas de proteção contra estes tipos de situação.

A ausência de proteções e garantias do Estado perante a população pode criar um ambiente propício para a prática de crimes de atrocidade. Nesses casos, a prevenção implica na adoção de iniciativas que visam retardar o curso provável dos acontecimentos. Os crimes de atrocidade, normalmente, não são eventos exclusivos e aleatórios. Em vez disso, tendem a se desenvolver em um processo dinâmico que oferece pontos de entrada para evitar que ocorram. Para atingir o nível de violência associado aos crimes de atrocidade, os perpetradores precisam de tempo para desenvolver a capacidade de fazê-lo, mobilizar recursos e tomar medidas concretas para ajudá-los a atingir seus objetivos.

Como os crimes de atrocidade são processos, é possível detectar sinais de alerta ou indicadores de que poderiam ocorrer. Isso é particularmente verdadeiro no caso de genocídio e crimes contra a humanidade. A estrutura de análise para crimes de atrocidade afirma que “*Se entendermos as causas profundas e precursoras desses crimes e conseguirmos identificar os fatores de risco que podem levar ou permitir sua prática, também podemos determinar as medidas que os Estados e a comunidade internacional podem tomar para prevenir esses crimes. Quanto mais cedo os fatores de risco forem definidos, maiores serão as oportunidades de prevenção precoce. Conforme o tempo passa, as medidas preventivas se tornam mais difíceis e dispendiosas*”.⁶

De fato, identificar e atualizar os fatores de risco é fundamental. O fortalecimento das capacidades para fazer isso pode ser um dos principais desafios, assim como fortalecer a capacidade de ações conjuntas da mais ampla diversidade de participantes. No entanto, o principal desafio que poderia ser enfrentado pelas organizações e movimentos sociais na América Central está na definição do que realmente os chama, onde estão os pontos comuns de resistência coletiva e para onde devem ser direcionadas as ações. Apesar das narrativas e discursos, não há resposta fácil.



Referências

Bárcena, Alicia. "Resilience: Key to Implementing the 2030 Agenda." Cooperative. July 11, 2018, https://www.cepal.org/sites/default/files/article/files/cooperativa.cl_chile_11-07-18.pdf.

Galtung, Johan, and Carl G. Jacobsen. *Searching for Peace: The Road to Transcend*. London: Pluto Press in association with Transcend, 2022.

Global Organized Crime Index. Global Initiative. 2022.

Koonings, Kees, and Dirk Kruijt. *Violence and Resilience in Latin American Cities*. London: Zed Books. 2015.

Oliver, Pascal, and Girot Pignot. "Recursos naturales, medio ambiente y biodiversidad: la contribución, las responsabilidades y las demandas de América Latina." *América Latina y los bicentenarios: una agenda de futuro*. Madrid: Fundación Carolina. April 2010.

Theidon, Kimberly, and Paola Andrea Betancourt. *Transiciones conflictivas: combatientes desmovilizados en Colombia* [Conflictive transition: demobilized fighters in Colombia]. Political analysis no. 58. Scientific Electronic Library. 2006.

United Nations. *Framework of Analysis for Atrocity Crimes: A Tool for Prevention*. 2014.

United Nations. *UN Common Guidance on Helping Build Resilient Societies*. 2020.

Notas finais

- 1 United Nations, Framework of Analysis for Atrocity Crimes: A Tool for Prevention, 2014.
- 2 United Nations, Executive Summary: UN Common Guidance on Helping Build Resilient Societies, page 3, 2020.
- 3 Confidential, "Sentences of Political Prisoners Based on "Ridiculous Evidence," February 15, 2022. <https://confidencial.digital/nacion/condenas-a-presos-politicos-basadas-en-pruebas-ridiculas/>.
- 4 Alicia Bárcena, "Resilience: Key to Implementing the 2030 Agenda," Cooperative, July 11, 2018, https://www.cepal.org/sites/default/files/article/files/cooperativa.cl_chile_11-07-18.pdf.
- 5 Pascal Oliver and Girot Pignot. "Recursos naturales, medio ambiente y biodiversidad: la contribución, las responsabilidades y las demandas de América Latina." *América Latina y los bicentenarios: una agenda de futuro*, 295-324. (Madrid: Fundación Carolina, April 2010), <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2019/02/Ame%CC%81rica-Latina-y-los-Bicentenarios.pdf>.
- 6 Kees Koonings and Dirk Kruijt, *Violence and Resilience in Latin American Cities* (London: Zed Books, 2015).
- 7 Kimberly Theidon and Paola Andrea Betancourt, *Transiciones conflictivas: combatientes desmovilizados en Colombia* [Conflictive transition: demobilized fighters in Colombia], political analysis no. 58, Scientific Electronic Library, 2006.
- 8 Johan Galtung and Carl G. Jacobsen, *Searching for Peace: The Road to Transcend* (London: Pluto Press in association with Transcend, 2022).
- 9 United Nations, Framework of Analysis for Atrocity Crimes.



Sobre Nós

O Stanley Center for Peace and Security forma parcerias com pessoas, organizações e a comunidade global em geral para promover o progresso através de políticas em três áreas: mitigar as mudanças climáticas, evitar o uso de armas nucleares e conter a violência e as atrocidades em massa. O centro foi criado em 1956, e mantém sua independência enquanto desenvolve fóruns para perspectivas e ideias diversas. Para saber mais sobre nossas publicações recentes e eventos futuros, acesse stanleycenter.org.



CRIES

La Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES) é uma rede de centros de pesquisa e organizações não governamentais que atua como um laboratório de ideias regional, promovendo análises, debates e a criação de políticas sobre temas de relevância regional, hemisférica e global, do ponto de vista da sociedade civil. A CRIES é uma instituição independente e sem fins lucrativos que promove o pluralismo e a participação dos cidadãos. Ela não é afiliada a nenhuma organização política ou religiosa. Para mais informações sobre suas atividades e publicações virtuais, acesse www.cries.org.



GPPAC

A Parceria Global para a Prevenção de Conflitos Armados (GPPAC) é uma rede global liderada por promotores da paz que buscam um mundo onde a violência e os conflitos armados sejam evitados e resolvidos de formas pacíficas, com base em justiça, igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável e segurança humana para todos. Nós fazemos isso conectando a sociedade civil a agentes e instituições locais, nacionais, regionais e internacionais relevantes para contribuímos coletivamente para uma transformação fundamental na maneira de lidar com a violência e os conflitos armados: uma mudança de reação para prevenção.

